

Um quadriênio mau para a economia

Brasil

Herbert Levy *

O presidente Fernando Henrique Cardoso é um caso raro em qualquer país do mundo: simpático, bom caráter, ele agrada de tal modo que os aspectos negativos em relação à economia nacional são neutralizados e ele consegue sua reeleição.



É interessante verificar como o público, seu eleitor, nada parece ter de comum com as atividades econômicas, virtualmente arrasadas neste quadriênio. Mesmo para alguém com a minha longa experiência política, este é um caso raro e difícil de entender.

Outro fator que ajuda o presidente é a estabilidade monetária não só no plano interno, para os que dela se beneficiam, como também para base do julgamento internacional que ignora os governos responsáveis por inflação.

Os dados econômicos são impressionantes porque demonstram o crescimento acelerado da insolvência e da inadimplência. Os déficits da balança comercial mantêm-se com poucas oscila-

ções mensais, mas constituem exceção em toda a história econômica do País, que sempre registrou saldos consideráveis nessa balança, o que ajudou a pagar os compromissos em dólares.

A presença constante de altíssimas taxas de juro nunca foi explicada. Ninguém se dedicou a essa tarefa porque ela é impossível. Também o volume elevado das reservas cambiais, ainda entre US\$ 30 bilhões e US\$ 40 bilhões, nesse período de dificuldades, para o observador esclarecido não encontra explicações.

Vamos cair, então, no dado mantido secreto pelo governo até hoje. O volume de investimentos especulativos em dólares de curto prazo, graças aos quais mantivemos durante quase três anos deste governo reservas cambiais de US\$ 65 bilhões, apesar dos déficits comerciais e remessas de juros do País. Embora satisfatórios, os investimentos privados em dólares estão longe de oferecer uma explicação para esse saldo.

É indesculpável que a equipe

econômica, com a sanção do presidente, mantenha a opinião esclarecida na ignorância do que tem representado esse dólar especulativo, que eu chamo de dinheiro quente e que sai tão logo os rendimentos venham abaixo das taxas de agiotagem, o que obriga o governo a manter tais taxas, desastrosas para toda a economia, e, repita-se pela enésima vez, contrária à lei básica do País, a Constituição, que estabelece 12% a.a. como limite para a taxa de juros no Brasil.

Estranhável que assunto dessa gravidade constitucional e de máxima importância para o País tenha constituído durante anos exclusividade desta coluna.

Agora personalidades do porte do senador Fernando Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria, governadores de São Paulo, Mário Covas, Minas Gerais, Itamar

Franco, e do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, bem como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva, vieram a público para condenar veementemente os juros de agiotagem que arrasam a economia do País.

O governo continua mudo sobre os dólares especulativos, aos quais fez todas as concessões de taxas contra a Constituição e

contra o interesse nacional, após fornecer-lhes os reais equivalentes em sua chegada ao País, para operarem desenvoltamente.

Que mau quadriênio para o País este que se encerrou, apesar da sorte do presidente Fernando Henrique Cardoso em conseguir a reeleição. ■

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.

Brasil - indicadores econômicos

Indicador	1995	1996	1997	1998
Déficit público nominal (Fluxos em 12 meses - R\$ milhões) (2)	48.633	45.741	54.693	74.918
Balança comercial (saldo em 12 meses - US\$ milhões) (1)	(3.157)	(5.554)	(8.364)	(6.397)
Conta corrente (saldo em 12 meses - US\$ milhões) (1)	(17.784)	(23.137)	(33.437)	(34.665)
Falências decretadas SP (12 meses) (1)	1.397	3.073	3.354	3.229
Cheques sem fundo (12 meses - em 1000) (1)	11.648	12.313	21.168	26.041
Desemprego (4) - recorde no ano	setembro	março	junho	maio
• % da PEA	5,19	6,38	6,09	8,20
• Milhares de desempregados	878	1.099	1.057	1.466
• População econ. ativa - mil trabalhadores	16.837	17.133	17.349	17.853
Dívida externa total (US\$ milhões) (2)	159.256	179.935	199.998	230.459
Dív. ext. méd. e longo prazos (US\$ milhões) (2)	128.732	142.148	163.283	200.320
Dív. ext. de curto prazo (US\$ milhões) (2)	30.524	37.787	36.715	30.139
Privatizações (nº de empresas) (3)	8	11	4	19
Prizatizações (Receitas - em US\$ milhões) (3)	1.628	4.749	12.558	26.604

Fontes: Banco Central, ACSP, Secex, IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. (1) 1998 novembro (2) 1998 setembro (3) Privatizações federais (telecomunicações + PND) (4) Regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Salvador